

MASCULINIDADE EM VERTIGEM: a revolução será contra o patriarcado ou não será¹

THE EDGE OF MASCULINITY: the revolution will be against patriarchy, or it will be nothing

Icaro Ferraz Vidal Junior²

Mauricio de Bragança³

Resumo: *No presente artigo, propomos mapear alguns atritos que incidem sobre as práticas e os discursos que configuram o domínio contemporâneo das masculinidades em suas relações com a organização patriarcal da vida social. Estruturamos nosso argumento em torno de dois eixos principais: o primeiro se debruça sobre alguns fundamentos históricos e filosóficos do patriarcado; o segundo aborda o tema da masculinidade a partir de fenômenos culturais e midiáticos que reverberam tensões no campo das masculinidades, desencadeadas pelos processos de precarização do trabalho e pela incorporação, por parte dos feminismos contemporâneos, de uma agenda anticapitalista.*

Palavras-Chave: *Masculinidade. Patriarcado. Anticapitalismo.*

Abstract: *In this article, we propose to map some frictions that affect practices and discourses that shape the contemporary domain of masculinities in its relations with the patriarchal organization of social life. We structured our argument around two main axes: the first one focuses on some historical and philosophical foundations of patriarchy; the second one addresses the theme of masculinity from cultural and media phenomena that reverberate tensions in the field of masculinities, triggered by processes of labor precarization and by contemporary feminisms' assimilation of an anti-capitalist agenda.*

Keywords: *Masculinity. Patriarchy. Anti-capitalism.*

Don Juan é uma criação do Patriarcado. Um forte organismo de agressão nos domínios do pecado contra a herança e a legitimidade. Todas as suas vítimas do período econômico-moral da Renascença e do Romantismo seriam hoje, na América, vulgares divorciadas, usando, é claro, métodos anticoncepcionais e solidões de arranha-céu.

Oswald de Andrade

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura das Mídias do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020

² PEPGCOS/PUC-SP, Doutor, vidal.icaro@gmail.com.

³ PPGCine/UFF, Doutor, mauriciode@yahoo.com.

1. Masculinidade e patriarcado

As discussões em torno das masculinidades e das formas de expressão do que significa *ser homem* na sociedade atravessam tanto a produção acadêmica, quanto as produções culturais e midiáticas. As performances de gênero e seus significados políticos, culturais, sociais e discursivos constituem verdadeiros fundamentos de organização do Estado e de suas manifestações em diversas esferas. Nesse debate, o que salta aos olhos é constatar que as discussões apontam para uma ideia de masculinidade plural, diversa e polissêmica, ainda que tais expressões se constituam entre modelos hegemônicos e modelos subalternos, de acordo com a maior ou menor adesão à estrutura patriarcal, através de conceitos como heteronormatividade, virilidade ou falocentrismo.

No presente artigo, propomos mapear alguns atritos nas práticas e nos discursos que atualmente configuram o campo das masculinidades, em suas relações com organização patriarcal da vida social, política e econômica. Estrutturamos nosso argumento em torno de dois eixos principais, o primeiro se debruça sobre alguns fundamentos histórico-culturais do patriarcado e o segundo aborda tensões que atravessam as disputas em torno da(s) masculinidade(s) e deixam suas marcas na produção cultural e midiática contemporânea.

Partiremos de *A Crise da Filosofia Messiânica*, tese apresentada por Oswald de Andrade no âmbito de um concurso para professor na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo em 1950. A despeito de não ter conferido a pretendida vaga ao antropófago, a tese se tornou um documento incontornável da cultura brasileira do século XX. Tal retomada deve-se a que, no contexto contemporâneo de evidente retrocesso e grandes controvérsias em torno das políticas públicas de gênero e sexualidade, o patriarcado frequentemente tem sido mobilizado como categoria explicativa deste estado de coisas. A evocação do antropófago vem integrar um esforço de construção do patriarcado como categoria que precisa ser compreendida, para além de sua efetividade retórica nas lutas políticas contemporâneas. O patriarcado não explica, ele precisa ser explicado. Iniciamos tais discussões com a tese de Oswald como uma forma de refletir, no esteio das reflexões provocadas pelo debate feminista contemporâneo, sobre projetos de masculinidade que, alinhados com os fundamentos do patriarcado, culminaram na atual organização messiânica da política.

Esta compreensão do patriarcado a partir da filosofia antropófaga de Oswald de Andrade é, no entanto, apenas uma parte de nosso esforço em compreender o que está em jogo, hoje, quando falamos em masculinidade(s). O grande desafio repousa na necessidade de articulação entre duas ordens de grandeza obscuramente conectadas entre si. Por um lado, reconhecemos os regimes heteronormativos de conjugalidade e as performatividades de gênero, que se infiltram micropoliticamente nos modos como existimos e desejamos; por outro, temos o Estado, o Direito Positivo e o filho de direito paterno, cristalizações macropolíticas do patriarcado. A questão com a qual nos confrontamos nas páginas que seguem poderia ser formulada nos seguintes termos: como as performatividades da masculinidade hegemônica relacionam-se com o que Oswald chamou de hemisfério cultural do patriarcado?

Neste sentido, a produção cultural, midiática e em rede de nossa época fornece um rico manancial, no qual vemos se desenharem as forças que, silenciosamente ou com grande estardalhaço, ameaçam o edifício, aparentemente sólido, do patriarcado. É fundamental, entretanto, antes de prosseguirmos com nossos argumentos, desfazer qualquer possível mal-entendido entre os conceitos em torno dos quais orbitam nossas análises.

Patriarcado e masculinidade não apenas não são sinônimo, como só muito recentemente começaram a ser pensados nas intrínsecas relações que guardam entre si. Como veremos, o Patriarcado é um modo de organização social que possui uma história e que se cristaliza em formas específicas, como o Estado ou o Direito Positivo, por exemplo, que objetivam assegurar sua própria reprodução. Ao passo que masculinidade é uma noção relativamente recente – “‘masculino’ durante muito tempo foi somente um termo gramatical” (COURTINE, 2013, p. 9) – e cujo emprego no plural – masculinidades – parece ser sintoma de uma crise. Na introdução ao terceiro volume de uma ambiciosa *História da virilidade*, Jean-Jacques Courtine esclarece que

a história da virilidade não se confunde, no entanto, com a história da masculinidade [...]. Também no século XIX e no início do XX não se exorta os homens a serem “masculinos”, mas “viris”, homens, se dizia, “verdadeiros”... Que o “masculino” tenha vindo a suplantar o “viril” é bem o sinal de que, decididamente, há algo que mudou no império do macho. (COURTINE, 2013, p. 9)

Podemos reivindicar que a noção de masculinidade (no singular) preserva o tripé definidor da virilidade: força física, firmeza moral e potência sexual. Seguindo Courtine e

Connell (1995), é possível circunscrever as características abarcadas pela noção de virilidade ao que chamaremos de *masculinidade hegemônica*. Esta genealogia, do viril ao masculino, ajuda-nos, por um lado, a compreender os critérios heteronormativos com base nos quais as diversas performatividades de gênero são hierarquizadas e valoradas socialmente. Por outro lado, a não coincidência dos limites da virilidade com os da masculinidade, cria uma zona de masculinidade não-viril, subalterna, através da qual podemos aventar outras masculinidades possíveis, estas despidas da máscara do *natural*. Reconhecemos, portanto, que o fato de hoje encontrarmos, nos debates públicos, a ocorrência do termo *masculinidades*, no plural, é sintoma uma crise, ao mesmo tempo em que oferece trilhas para sua superação, não na direção de uma recomposição nostálgica da virilidade perdida, mas talvez, na direção vislumbrada pelo moderno antropófago: “É um outro Matriarcado que se anuncia!” (ANDRADE, 2013, p. 145).

2. Patriarcado e antropofagia

Para os leitores e leitoras do século XXI, sobretudo os sensíveis às disfunções e assimetrias derivadas da organização econômica, social, política e conjugal do patriarcado, a tese de Oswald de Andrade pode se transformar rapidamente, de um exercício especulativo, bem humorado (afinal, a alegria é a prova dos nove) e pouco afeito às ortodoxias universitárias, em um misto de manifesto, guia de viagem e manual de primeiros socorros. *A crise da filosofia messiânica* ilumina passagens enigmáticas da obra de Oswald, inclusive de seu *Manifesto antropófago* de 1928 e, com perdão pelo anacronismo, introduz de forma pioneira – entre as reflexões de um homem branco, rico, cisgênero e heterossexual – a questão de gênero como elemento estruturante de um exercício filosófico, ao menos no contexto acadêmico paulistano daquele momento. Eis a pedra de toque da tese oswaldiana: “E tudo se prende à existência de dois hemisférios culturais que dividiram a história em Matriarcado e Patriarcado. Aquele é o mundo do homem primitivo. Este, o do civilizado. Aquele produziu uma cultura antropofágica, este, uma cultura messiânica” (ANDRADE, 2011, p. 139).

O pensamento filosófico de Oswald assume, por vezes, a forma de um exercício histórico⁴ e futuroológico. Seu desenvolvimento dialético estrutura-se, como não poderia deixar de ser, nos três estágios encadeados como tese, antítese e síntese. Sendo a época em que a tese foi escrita – como, por dedução, a época em que nós escrevemos o presente texto – pertencente ao segundo momento da dialética oswaldiana, que corresponde ao estágio negativo do *hemisfério cultural do Patriarcado*. Vejamos como o autor sintetiza a tese acerca do matriarcado, mundo do “homem natural” e sua antítese, o mundo do patriarcado, no qual seguimos empacados:

No mundo do homem primitivo que foi o matriarcado, a sociedade não se dividia ainda em classes. O Matriarcado assentava sobre uma trílice base: o filho de direito materno, a propriedade comum do solo, o Estado sem classes, ou seja, a ausência de Estado. Quando se instaurou o Estado de classes, como consequência da revolução patriarcal, uma classe se apoderara do poder e dirigia as outras. Passava então a ser legal o direito que defendia os interesses dessa classe, criando-se uma oposição entre esse Direito, o Direito Positivo e o Direito Natural. Sendo aquele um direito legislado, exigia obediência. Estabelecendo-se então a organização coercitiva que é o Estado, personificação do legal. [...]

Passou a ser o Direito aquilo que negava pela coação, a própria natureza do homem. No longo desenvolvimento desse Direito que deu as leis do Patriarcado, o jusnaturalismo sempre reivindicou o seu papel de fonte natural e direta de justiça. Hoje, mais do que nunca, ele surge revigorado pela derrogação, lenta ou revolucionária das formas jurídicas patriarcais que são: o filho de direito paterno, a propriedade privada do solo e o Estado de classes (ANDRADE, 2011, p. 142).

Apesar dos inúmeros elementos sobre os quais o leitor contemporâneo ancora críticas mais ou menos fundamentadas aos escritos de Oswald de Andrade – desde a concepção, hoje controversa, do que seria este “homem natural” até o emprego da palavra “homem” para designar um ser humano genérico, passando pelo próprio lugar de fala do autor: um homem, branco, heterossexual e pertencente à elite paulistana –, parece haver neste texto uma rara

⁴ A obra de Johann Jakob Bachofen (1815-1887) foi fundamental na construção d’*A crise da filosofia messiânica*. Dela vem a ideia na qual Oswald ancorou sua tese: notadamente a de que o primeiro período da história humana foi matriarcal. Esta hipótese, entretanto, foi amplamente descreditada pelas ciências históricas e arqueológicas do século XX. O método de Bachofen, tão importante para Oswald quanto seu tema de pesquisa, seguramente contribuiu para que a obra do jurista suíço reverberasse mais junto a artistas e poetas, do que no campo científico. Em prefácio a uma seleção de escritos de Bachofen, George Boas esclarece este método: “sua atitude [de Bachofen] em relação a história cultural não era a da antropologia empírica o a do analista. Seu foco de interesse era a vida interior dos seres humanos mais do que o que ele chamou de externalidades do desenvolvimento humano. Ele estava mais preocupado com literatura, linguagem, arquitetura e as outras artes do que com fatores econômicos, aventuras militares, expansão territorial, sucessão de governantes, crescimento populacional e revoluções” (BOAS, 1992, p. xi). É interessante observar como a negação do matriarcado histórico com base nos paradigmas de empiria e objetividade da ciência moderna opera paralelamente à explicação biológica e naturalizante da virilidade, reiterando a proposição de Jean-Jacques Courtine de que fazer uma história da virilidade é “retraçar a história de um apagamento da história” (COURTINE, 2013, p. 8).

equação, sobretudo no contexto em que foi escrito, entre os pilares da sociedade capitalista – o filho de direito paterno, a propriedade privada do solo e o Estado de classes – e um reordenamento social que teve nos marcadores sexuais e de gênero um de seus principais elementos estruturantes.

A recuperação desta tese, cuja densidade teremos de trair de modo a avançarmos em nosso próprio argumento, deve-se ao fato de que contemporaneamente as masculinidades vêm sendo interpeladas em direções que podem estabelecer diálogos, intencionalmente ou não, com o diagnóstico oswaldiano. A assimilação de uma pauta anticapitalista, por parte de diversas vertentes dos feminismos contemporâneos, recoloca a questão da masculinidade em novos termos. Parece haver um aprofundamento da crítica da masculinidade hegemônica a partir, justamente, de uma tentativa de articulação, por parte da crítica feminista, das duas ordens de grandeza através das quais se produzem as assimetrias e violências de gênero – a micropolítica das masculinidades e a macropolítica do Patriarcado. A tese de Oswald, assim como o pensamento de autoras feministas contemporâneas como Silvia Federici e, em alguns aspectos, bell hooks, não deixa nenhuma margem de dúvida: tais assimetrias e violências demarcadas pelo gênero não são uma disfunção nas sociedades capitalistas, elas são pilares fundamentais do capitalismo, ou seja, não há capitalismo que não seja patriarcal.

Ainda sobre a conexão íntima entre capitalismo e patriarcado, Oswald destaca a centralidade da exploração do trabalho na ruptura histórica entre matriarcado e patriarcado, que teria se produzido “quando o homem deixou de devorar o homem para fazê-lo seu escravo” (ANDRADE, 2011, p. 143). E desta máxima, o autor deriva a centralidade do messianismo – presente desde o título da tese – para a manutenção do patriarcado. Pois sem a promessa de uma salvação futura, seria impossível suportar a condição de escravo.

Conforme mencionamos, seguimos vivendo, como o próprio Oswald, no estágio negativo desta dialética: o patriarcado. Mas o antropófago, imerso na estranha euforia da década de 1950, aventurou-se em um exercício de futurologia que, aos olhos do leitor contemporâneo, é de um otimismo perturbador. A previsão de Oswald de Andrade era que o desenvolvimento técnico e a proliferação das máquinas nos libertariam do trabalho e, portanto, da escravidão sobre a qual se estrutura o patriarcado. Da síntese do ócio antropofágico do

Matriarcado com a técnica criada pelo homem civilizado do Patriarcado, nasceria o “homem natural tecnizado”. É impossível, diante desta narrativa de um futuro que poderia ser hoje e, no entanto, nunca pareceu tão distante, não nos lembrarmos do historiador e estadista florentino Francesco Guicciardini, sobre quem Reinhart Koselleck escreveu:

Há quem escreva ensaios sobre a trajetória do futuro, diz Guicciardini. Tais tratados são uma leitura boa, mas, “uma vez que ao longo dessas considerações, cada conclusão é derivada de outra, o edifício inteiro pode ruir, no caso de apenas uma delas estar errada”⁵ (KOSELLECK, 2006, p. 31).

Provavelmente, alguma falha ou imprevisto na construção dialética oswaldiana fez ruir o edifício do “homem natural tecnizado”. Tivesse trabalhado como motorista de aplicativo, a tese seria outra.

3. A *uberização* do trabalho e o declínio do *macho provedor*

Na articulação entre masculinidade e patriarcado, o trabalho desempenha um papel crucial. Atualmente, não é raro que homens se vejam em situações de vulnerabilidade e impotência em seus ambientes laborais, sobretudo naqueles que aderiram aos novos regimes de trabalho, perversamente precarizados. Esta condição parece ser, em alguns contextos, paradoxal: o trabalhador abdica de performar o papel de *macho provedor*, até então central na configuração da masculinidade hegemônica, em favor da reprodução das estruturas do patriarcado sobre bases neoliberais. Este aparente paradoxo, entretanto, é rapidamente diluído quando observamos que a retórica do empreendedorismo⁶ e da meritocracia – novas roupagens para o messianismo, tal como formulado por Oswald de Andrade – tornam-se aspectos centrais das novas masculinidades. De todo modo, o ritmo e a intensidade com que tais transformações

⁵ F. Guicciardini, Ricordi, Bari, 1935, t. II, p. 58, 114, *apud* E. Grassi, **Das politische Erbe der Renaissance**, Berna, 1946, p. 36 *et seq.*

⁶ Esta articulação entre ética neoliberal do empreendedorismo e masculinidade parece ter alcançado seu paroxismo recentemente, no contexto do assassinato do ex-policial militar Adriano Magalhães da Nóbrega, de 43 anos. Não passou despercebido da imprensa o fato de que no local onde o corpo de Adriano foi encontrado havia um exemplar do *best-seller* “As 48 Leis do Poder”, do norte-americano Robert Greene. O lugar deste livro, descrito como “manual das artes da dissimulação” e “Bíblia dos psicopatas”, na narrativa midiática da morte deste que é apontado como chefe de uma das maiores milícias do Rio de Janeiro não deveria ofuscar outros famosos leitores da obra: o ator Will Smith, os rappers Jay-Z, Kanye West e Drake, o empresário Dov Charney, da *American Apparel*, além do governador do Estado de São Paulo, João Dória (LIVRO..., 2020). As vidas públicas destas personalidades chamam a atenção pela semelhança no modo como articulam masculinidade, empreendedorismo e sucesso.

vêm ocorrendo corroem o estatuto do *Pater familias*, alicerce da conjugalidade patriarcal e peça-chave no repertório das performatividades da masculinidade hegemônica.

Em julho de 2019 tivemos acesso ao nível de precarização do trabalho no qual nos encontramos e de suas implicações na vida – e na morte – dos trabalhadores. A narrativa do último dia de vida de Thiago de Jesus Dias (MAIA, 2019), falecido aos 33 anos, é emblemática das últimas inflexões do Patriarcado, manifestas em relações laborais brutais e em um capitalismo que já não dissimula sua face mais sombria. Thiago fazia entregas para o aplicativo *Rappi* em sua motocicleta. Em uma das noites mais frias de 2019, passou mal durante o trabalho e, reclamando de forte dor de cabeça, caiu diante do endereço onde deveria fazer uma entrega de vinho no bairro de Perdizes, em São Paulo. Assistido pelos clientes, que o agasalharam, Thiago insistia para que eles comunicassem ao aplicativo sua impossibilidade de prosseguir com as entregas. A *Rappi*, por sua vez, apenas solicitou que eles dessem baixa nos pedidos através do aplicativo para que os próximos clientes fossem notificados do atraso nas entregas.

O entregador perdeu a consciência e o grupo que o auxiliava tentou, sem êxito, o resgate junto aos Bombeiros, à Polícia Militar e ao Samu. Conseguiram, enfim, abrir uma ocorrência no Samu que, entretanto, indicou que não havia previsão para a chegada do atendimento – que de fato nunca chegou. Uma hora e meia após o contato com os órgãos de resgate, Thiago ainda agonizava de dor e havia urinado na própria roupa. O grupo que o acompanhava resolveu contactar a irmã do entregador. Daiane, seu nome, foi uma das últimas palavras que disse enquanto esteve consciente. A irmã de Thiago, que tem 30 anos e trabalha como diarista, viajou de Uber da Zona Oeste de São Paulo até Perdizes (uma viagem de aproximadamente 50 minutos), onde encontrou seu irmão desacordado. Foi impedida de levá-lo até um hospital no próprio Uber em que estava, sob alegação do motorista de que Thiago sujaria o carro, por estar molhado de urina. Enfim, o melhor amigo de Thiago chegou ao local e ele foi levado de carro até o Hospital das Clínicas, onde morreu.

Reduzir a sucessão de eventos que resultaram na morte do entregador a um acidente ou a uma tragédia, noções que preveem a excepcionalidade de uma ocorrência, só seria possível a alguém que se recusasse a reconhecer os processos de precarização do trabalho como parte de uma necropolítica (MBEMBE, 2018). Um contexto trabalhista análogo ao que culminou na

morte de Thiago foi tematizado por Ken Loach em *Você não estava aqui (Sorry We Missed You)*, filme de 2019 no qual o realizador britânico aprofunda sua pesquisa sobre a condição da classe trabalhadora, através do cotidiano da família Turner, residente em Newcastle, Inglaterra. Tanto o patriarca, Ricky (Kris Hitchen) quanto sua esposa Abby (Debbie Honeywood) estão sujeitos a relações precárias de trabalho, que proliferaram na Europa depois da crise econômica de 2008. Ricky financia a compra de um furgão para trabalhar como entregador autônomo para uma empresa de logística e Abby trabalha como cuidadora de idosos e pessoas com mobilidade reduzida em uma "modalidade conhecida como contrato zero hora, em que o funcionário só trabalha quando é chamado pelo patrão e recebe apenas pelos serviços prestados, sem garantias" (ALONSO, 2020).

O filme de Ken Loach adota como ponto de partida o momento em que Ricky "embarca" em seu novo trabalho - Mark Kermode inicia sua resenha do filme destacando uma fala de Maloney (Ross Brewster), *chefe* de Nicky: "- Aqui você não é contratado, você embarca. Você não trabalha para nós, você trabalha conosco.". O protagonista de Loach orgulha-se de nunca ter recebido nenhum tipo de assistência social provida pelo Estado – “Não, eu tenho meu orgulho, preferia passar fome”, responde Ricky quando perguntado sobre o tema (CIPOLLA, 2019). Sentindo os efeitos da crise de 2008 e condenando moralmente as políticas de redistribuição e assistência do Estado de bem-estar social⁷ das quais, de todo modo, já não disporia; Nicky é seduzido por uma promessa, que rapidamente se revela uma armadilha. Tal promessa é resumida por Kermode nos seguintes termos:

Como vendido ao incorruptível Ricky Turner, é uma oportunidade de se tornar 'senhor de seu próprio destino' - um autônomo, proprietário de uma franquia, liberado da escravidão do salário (há apenas 'honorários') em um mundo novo e desafiador no qual tudo “é sua escolha”(KERMODE, 2009, grifo do autor).

⁷ Embora possamos pensar o processo de moralização do trabalho, que passa a ser considerado uma virtude necessária à salvação messiânica, em termos globais; vale destacar o pioneirismo histórico do protestantismo puritano na criação de uma ética ascética para o trabalho que, como astuciosamente observado por Weber (2004), constituiu o “espírito” do capitalismo moderno. A matriz protestante da composição cultural e religiosa inglesa, o passado vitoriano do Império Britânico e sua condição de berço da Revolução Industrial acrescentam à trama de Ken Loach uma tensão de tonalidades locais, vinculada à permanência do ideal ascético de trabalho em um contexto globalizado, no qual os processos de acumulação do capital baseiam-se na financeirização da vida, e não mais na produção de bens industriais. A recente saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) parece corroborar esta tensão entre a centralidade do trabalho como ideal ascético na construção do projeto nacional inglês e as transformações políticas e trabalhistas relacionadas às dinâmicas globais do capital financeiro.

No contexto da chamada *Economia de Plataforma*⁸, pano de fundo *Você não estava aqui*, a tecnologia – diferentemente do horizonte do *homem natural tecnizado* aventado por Oswald de Andrade – libera do trabalho apenas o sujeito que se encontra na posição transitória de consumidor. Com relação ao trabalhador, ela dita um ritmo hiperacelerado e amplamente monitorado de trabalho. Ricky recebe um escâner eletrônico que lhe informa das entregas que deve realizar, do tempo que pode gastar com cada uma delas e que monitora o cumprimento de prazos e metas em tempo real. Segundo Maloney, o *chefe*: - “este dispositivo decide quem vive e quem morre”. Enquanto corre para dar conta dos reduzidos prazos e do elevado volume de entregas, Ricky é atacado por cães, insultado por clientes que se recusam a assinar recibos dos quais ele depende para ser remunerado, e até mesmo espancado por assaltantes. Seduzido pela promessa de trabalho livre, o entregador se dá conta de que o aparato tecnológico que devia auxiliá-lo na gestão autônoma de seu tempo é um tirano implacável, com um padrão hipertrofiado de eficiência (GLEIBERMAN, 2019).

O crítico de cinema e editor Matt Cipolla escreve algumas linhas sobre o filme, que nos interessa retomar, tanto porque vão diretamente ao que tange à representação do declínio de uma forma, até então hegemônica, de masculinidade, quanto porque introduzem certo “jogo doentio” do olhar sádico masculino, que abordaremos na próxima seção com foco na centralidade do corpo feminino com alvo deste olhar, ao longo da história do cinema:

Abundam insinuações que prenunciam a decadência do pai suburbano (todos sabíamos que esse momento chegaria), e assistir a masculinidade paterna errar na direção da irascibilidade é onde *Você não estava aqui* atinge suas maiores nuances. É uma pena, portanto, que o filme opte por seguir pela pornografia da miséria [*misery porn*]. É um caminho fácil a seguir: as dívidas crescentes, os problemas da família, a Lei de Murphy de não ser rico o suficiente para viver. [...] Esse pode ser o trabalho de um cineasta paciente, mas isso não significa que seja desafiador [*above low-hanging fruit*] atingir Ricky, golpe após golpe, até o ponto em que os espectadores têm pouco a fazer além de jogar o jogo doentio de “quão fundo neste buraco esse cara pode chegar?” (CIPOLLA, 2019).

⁸ “As plataformas são por eles [EVANS; GAWER, 2016] descritas como modelos de negócio – na imensa maioria dos casos desenvolvidos no âmbito digital – que extraem valor a partir da prestação de dois serviços (ou ambos): As chamadas plataformas multilaterais são aquelas que permitem a facilitação de conexões entre distintos usuários, possibilitando transações que provavelmente não ocorreriam de maneira significativamente menos eficiente fora de tal ambiente;

Por sua vez, as chamadas plataformas de inovação são suportes que se baseiam na constituição dos chamados ecossistemas digitais. A ideia central é que agentes terceiros – usuários, colaboradores, desenvolvedores independentes etc. – podem aí disponibilizar serviços e produtos complementares” (MORAES, 2016, p. 31-32).

O declínio contemporâneo da masculinidade paterna e provedora, tematizado no filme de Loach, relaciona-se intimamente com as mutações no estatuto do trabalho. É importante observarmos que, na história do exercício masculino da violência contra a mulher, este papel do provedor foi um alicerce fundamental, com base no qual a violência doméstica foi banalizada e entendida como um prolongamento daquela exercida pelo pai, cuja máxima “quem ama muito castiga muito” (WELZER-LANG, 1991, p. 75⁹ apud VIRGILI, 2013, p. 86) emblematizava uma elevada tolerância ao exercício da violência patriarcal por parte do senso comum.

Em todos os casos aparentes, a dependência financeira, às vezes até mesmo a dependência absoluta das coisas necessárias, era um meio de controle e de represália essencial, prolongado, aliás, mesmo depois das separações, como testemunham as numerosas menções de abandono de família e de não provimento de pensão alimentícia que são entregues habitualmente nos comissariados (VIRGILI, 2013, p. 91).

É curioso, diante deste quadro, constatarmos que a fragilização contemporânea da masculinidade provedora não parece ter reverberado na redução das práticas de violência contra a mulher associadas ao exercício da masculinidade hegemônica, nem em suas manifestações domésticas, nem em seu viés público¹⁰. Fabrice Virgili (2013) enfatiza a dificuldade em se estudar a história da violência contra a mulher no século XX em virtude, tanto de uma variação, ao longo deste período, no entendimento social e jurídico da configuração desta violência, quanto do fato de que tal variação resulta, ainda hoje, em uma grande quantidade de casos não denunciados de violência contra a mulher. Este último aspecto nos permite inferir que o cenário, deveras assustador, extraído das estatísticas policiais corresponde a apenas uma parcela da realidade da violência contra a mulher.

⁹ WELZER-LANG, D. **Les hommes violents**. Paris: Payot, 1991.

¹⁰ Embora uma análise minuciosa da questão não caiba no escopo deste artigo, chama a atenção a recorrência de relatos de vítimas abuso, assédio e violência sexual perpetrados por motoristas da *Uber*. Em 2017, acompanhamos o relato da escritora Clara Averbuck, vítima de estupro (ESCRITORA..., 2017). Em fevereiro deste ano, o caso de uma adolescente de 17 anos que registrou em vídeo o assédio de que foi vítima em uma viagem de *Uber* teve grande repercussão midiática (VASCONCELLOS, 2020), chegando a envolver a cantora Anitta que, em reação ao pronunciamento do motorista, que alegou que a adolescente tinha se insinuado por portar um “shortinho estilo Anitta”, comentou em sua conta no Twitter: “NADA justifica um assédio. A forma de se vestir, sentar, falar etc não significa qualquer autorização ou pedido ou convite a ser assediada e/ou invadida, abusada, estuprada etc” (BRANDALISE; VASCONCELLOS, 2020).

Desde a década de 1970, entretanto, a persistência da violência contra a mulher sob a forma de abusos, assédios e violências físicas e psicológicas vem sendo tensionada por sua desnaturalização sistemática, levada a cabo pelos movimentos feministas, inclusive com avanços no plano legal (VIRGILI, 2013, p. 112-115). Neste começo de século XXI, os relatos de mulheres, vítimas de violência de gênero, que circulam pelas redes sociais e que desencadeiam grandes mobilizações ao redor de todo o mundo testemunham mudanças importantes nos limiares de permissividade a este tipo de violência. Por outro lado, as reações conservadoras às lutas contra a violência de gênero recrudescem e vemos, no Brasil contemporâneo, a misoginia ser mobilizada como um dos pilares do projeto oficial de Nação.

4. Misoginia e políticas de representação

A última edição do Festival de Cinema de Brasília, em novembro/dezembro de 2019, foi marcada por diversas manifestações contra o desmonte das políticas públicas de incentivo ao cinema e as várias tentativas de censura que pairaram sobre o cinema brasileiro ao longo do ano. Tais manifestações ganharam peso através da expressiva participação de mulheres no debate, que acabaram dando o tom do 52º Encontro. Na cerimônia final de premiações, foi lido um documento, nomeado como *Manifesta Feminista*, de autoria de mulheres realizadoras e trabalhadoras técnicas do cinema. Conduzida pela diretora Sabrina Fidalgo, a leitura do documento trazia tópicos destinados às Comissões organizadoras de Festivais, às Curadorias e às produtoras e aos produtores, realizadoras e realizadores. O tom do texto era em prol de uma política de representação de mulheres mais plural, responsável e comprometida com a luta contra o assédio e pela contratação de mulheres em todas as equipes de trabalho (inclusive cobrando que se destinem os papéis de personagens trans a atrizes e atores trans). Num determinado ponto, direcionado às produções audiovisuais, as mulheres exigem: “Devem interromper a exploração irresponsável de nossos corpos nas telas. Não precisamos mais de imagens de mulheres violentadas” (CAETANO, 2019).

Essa preocupação – justificada pelo sadismo do olhar masculino sobre os corpos violentados de mulheres, que coincide com a própria história do cinema – tem como objetivo interromper um processo que se naturalizou nas representações dos corpos femininos nas telas.

Tal crítica não se destina apenas àqueles filmes nos quais a misoginia e o machismo são explícitos e que tanto contribuíram para construir o prazer de um espectador masculino hegemônico, de corte assumidamente heteronormativo e falocêntrico. Diretores que trouxeram novas contribuições aos aportes de *gender* no cinema, e que através de seus filmes ajudaram a problematizar tais modelos de representação, também não escaparam das críticas e acusações de redução das personagens mulheres à condição de vítima da dominação e da violência masculinas.

Em seu último filme, *A vida invisível* (adaptação do romance *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, de Martha Batalha), Karim Aïnouz apresenta a história de duas irmãs que, apesar da forte relação de afeto que as unia, são impedidas de conviverem por uma decisão arbitrária do pai. Ao longo do filme acompanhamos uma série de situações violentas, de interdições e censuras impostas às mulheres no contexto da sociedade carioca da década de 1950, período em que a maior parte da narrativa se desenvolve. O filme, recebido com entusiasmo no circuito de festivais, onde a crítica destacava a sensibilidade com que Aïnouz tratou a história dessas personagens femininas, também gerou leituras que alertavam para a permanência de um modelo que insiste em tornar visível o corpo da mulher como o lugar do exercício da violência masculina. Para essa crítica feminista, não basta argumentar que a violência exposta nos filmes venha em forma de denúncia, é preciso desconstruir a lógica que vincula o corpo feminino ao exercício da violência.

Em uma crítica ao filme de Aïnouz, intitulada *A vida invisível das mulheres quando não sofrem*, Maria Caú (2019) parte da provocação feita pela crítica de cinema Carol Lucena ao diretor, ao produtor Rodrigo Teixeira e ao roteirista Murilo Hauser. Durante um debate sobre o filme na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, Lucena indaga aos três: “por que o sofrimento das mulheres é tão atraente para os homens, parecendo ser o único aspecto que eles se sentem confortáveis para retratar?”. Este é o mote da leitura de Caú que afirma que o diretor, disposto a “acessar a alma feminina”, acaba por reforçar as duas sinas que ele julga comporem a mulher: a maternidade e o sofrimento. É com base nessa ubiquidade do sofrimento relacionado às mulheres e exposto na tela que a crítica de Caú ganha corpo. Segundo ela, nunca vemos no filme as cenas de prazer das mulheres, apenas sabemos que elas existiram: “por que

diabos não vemos o grego lambendo Guida?”. A crítica prossegue nessa argumentação ressaltando que, ao longo de seus 139 minutos, o filme recheia a narrativa com situações de violência e interdições das quais as mulheres são vítimas, questionando a “legitimidade do uso excessivo, feito por homens, do sofrimento feminino enquanto estratégia filmica de contornos pretensamente feministas”, e corroborando, assim, o incômodo inicial de Carol Lucena.

Karim Aïnouz, em entrevista a Alessandra Alves, do site *Cinema em Cena*, recorre a sua história pessoal, marcada pela criação em meio a mulheres, para situar seu ponto de vista:

Não posso falar como mulher, mas como um homem olhando a situação da sua perspectiva. Me interessa muito fazer um filme sobre a permanência do machismo, esses personagens estanques, que não mudam, e essas outras personagens que estão em convulsão completa, essas mulheres tentando resistir a qualquer custo. Eu acho que esse filme é feito por um homem, olhando homens e mulheres, com a percepção de que os homens são os antagonistas. Outra coisa que eu acho importante falar é que, mesmo que eu nunca possa me colocar no lugar de uma mulher, tem algo que me é muito familiar, que é o universo doméstico feminino, pela maneira como eu fui criado, pelo universo que eu habitei desde que eu nasci até os 20 anos de idade, que é quando eu mudo do Ceará para Brasília. Ninguém nunca me ensinou a fazer a barba, porque eu era o filho único de uma casa onde só havia mulheres. Claro que eu tenho mais familiaridade com o ambiente feminino do que com o masculino. Eu era aquele menino que não tinha muito o que falar em grupos de homens, porque eram conversas que não me interessavam, o negócio do futebol etc. Eu tenho familiaridade com o universo feminino, mas eu falo do ponto de vista do homem (ALVES, 2019).

É em torno deste ponto de vista do homem que as discussões sobre masculinidades, em tensão/diálogo com o ambiente feminista contemporâneo, têm se desenvolvido. Ainda que atento a certos cuidados, como reconhecer a ideia de lugar de fala ou recorrer à legitimidade conferida pela sua própria história familiar, as colocações do diretor não estão imunes a riscos e tensões. O lugar da masculinidade é um dos pontos que vêm sendo tensionados em um cenário marcado por profundas transformações políticas, sociais, culturais e discursivas. Aïnouz é um diretor que tem tentado questionar (e relativizar) os papéis de gênero no cinema brasileiro, propondo novas abordagens em prol de masculinidades periféricas e subalternas¹¹. Ainda assim, não está imune (ninguém está) a críticas e questionamentos levantados pelo debate feminista.

¹¹ Nesse sentido, podemos perceber em sua cinematografia, um esforço em redefinir masculinidades, gesto observado em obras como *Seams*, *Madame Satã*, *Viajo porque preciso*, *volto porque te amo* e *Praia do Futuro*, só para citar alguns.

5. O filho de direito paterno

Em algumas situações, articulações historicamente produtivas são abaladas em função de agendas políticas conflitantes. Na Espanha, mas também em outras partes do mundo, há uma controvérsia protagonizada pelos movimentos feministas e por parte dos ativistas gays em torno da luta pelo direito à sub-rogação do corpo feminino na prática da chamada *barriga de aluguel*. Esta é uma disputa que demonstra claramente as limitações do entendimento do que é o atual movimento de emancipação feminista por uma parte de parcela da comunidade homossexual masculina, ao reivindicar um *direito* que mercantiliza o corpo da mulher.

São características notáveis da chamada *quarta onda do feminismo*, seu anticapitalismo e sua crítica ao neoliberalismo e às variadas formas de mercantilização dos corpos e modos de ser dissidentes. Essa associação do movimento gay com uma agenda neoliberal orientada para o consumo culmina em um lucrativo mercado, alimentado pelo chamado *pink money*, que prevê a permanência de relações coloniais, nas quais casais provenientes de países ricos acessam os úteros de mulheres pobres, repercutindo práticas atravessadas por racismo e misoginia. Reivindicado por parte dos movimentos gays, o direito de ter filhos por meio da sub-rogação do corpo das mulheres tende a ser postulado como um avanço rumo à igualdade e uma vitória da tolerância sobre o preconceito e a homofobia, mas reafirma uma supremacia masculina que, segundo o movimento feminista, acaba por ratificar o patriarcado.

Claro que esta reivindicação masculina não é consensual, havendo muita controvérsia em torno dela no bojo do próprio movimento gay. Javier Burrajabal, ativista LGBTQI e fundador do projeto *Qué orgullo de periferia*, que trabalha com a formação em igualdade de gênero e diversidade sexual nos distritos marginais de Madri, não poupa crítica às expressões de masculinidade de uma parcela do movimento gay:

O patriarcado está instalado no coletivo gay. Muitos são machistas, e eu sei disso porque sou ativista LGBT e bissexual e me relaciono muito com eles. Não entendem o movimento feminista como as mulheres entendem. Alguns também têm preconceito contra os gays afeminados. A masculinização física é a norma, se você sai disso não passa de um mariquinhas engraçado (BREÑA, 2018).

O filho de direito paterno, como vimos, é um dos pilares do patriarcado. É curioso observar como o sistema de transmissão da propriedade de pai para filho, além de reproduzir as assimetrias socioeconômicas ao longo de várias gerações, subjaz na controvérsia

apresentada em torno da barriga de aluguel. Ao mesmo tempo, podemos observar que esta lógica vem sendo problematizada, não apenas em contextos legais específicos, mas no próprio campo da cultura, como testemunha o elevado volume de vendas do romance distópico *O conto da aia*, de Margaret Atwood (2017), inspiração da série *The Handmaid's Tale*, também muito popular. O romance conta a história da República de Gilead, uma sociedade distópica na qual as mulheres não têm direitos e são divididas em categorias, segundo a função que desempenham no Estado. Offred, personagem que acompanhamos no romance e na série, foi designada para a categoria de aia, cuja função e sentido da existência deve ser unicamente a procriação, após um grande número de pessoas ter se tornado estéril por causa de uma catástrofe nuclear. Na distopia de Atwood, apesar de desprovidas de quaisquer direitos e de serem objeto de uma vigilância ostensiva, o destino das aias ainda é menos perverso do que o das chamadas não-mulheres – as que não podem ter filhos, lésbicas, viúvas e feministas – que são encaminhadas para as colônias, onde os níveis de radiação são altíssimos, para fazerem trabalhos forçados. Através das aias e das não-mulheres, podemos acessar a distopia patriarcal naquilo que ela prescreve em relação à reprodução, enquanto forma de perpetuação das estruturas de poder.

Outra via de acesso às incompatibilidades entre o sistema patriarcal de reprodução e os direitos reprodutivos das mulheres é o longo debate em torno do direito ao aborto. Não deixa de ser relevante, no âmbito deste artigo – mesmo se considerando os limites e os riscos de uma exegese que lance mão de acontecimentos biográficos –, que o jovem Oswald de Andrade tenha perdido sua primeira esposa, Maria de Lourdes Castro de Andrade – Deisi, a miss ciclone d’*O perfeito cozinheiro das almas deste mundo* (2014) – por causa das complicações de um aborto. Mário da Silva Brito (2014) comenta, a partir as memórias do antropófago, este doloroso episódio:

Após narrar que seguiu Ciclone até uma pensão de rapazes, Oswald anota em suas memórias: “Deisi é visgo puro. Não tenho a coragem de romper. Ela também não explica nada, não conta, não se defende. Em junho, ela me diz que está grávida. De quem? Não pergunto. Ela não fala. Concordamos no aborto.”

O aborto é praticado, sobrevém violenta hemorragia, torna-se necessária a extirpação do útero, o mal atinge os pulmões. Agrava-se o estado da doente e Oswald casa-se com ela *in extremis* a 11 de agosto [...]. A 24, Deisi agoniza e morre. “Esfacela-se

meu amor”, lamenta Oswald, que dirá também: “A que encontrei, enfim, para ser toda minha, meu ciúme matou”¹² (BRITO, 2014, p. 15).

6. Masculinidade hegemônica, patriarcado e falocentrismo

O patriarcado parece estabelecer os limites da conveniência na conformação de masculinidades na sociedade, sejam elas heterossexuais ou homossexuais. Em uma reflexão sobre a masculinidade negra, bell hooks (2019) fala de seu irmão e esboça, a partir da memória familiar, um panorama sobre a afetividade masculina negra na sociedade estadunidense, do qual extrai os pilares que conformam esse homem: o falocentrismo, o patriarcado e um ideal de masculinidade que se impôs em acordo com as estratégias supremacistas brancas. Tais estratégias punham em prática princípios que formulavam uma engenhosa desarticulação entre homens negros e mulheres negras, configurando uma forma de competição entre gêneros com vistas a dissolver uma referência racial comum.

existe uma sensação predominante dentro do patriarcado supremacista branco capitalista de que homens negros e mulheres negras não podem estar sob o mesmo holofote da cultura dominante. Enquanto isso obviamente serve aos interesses da supremacia branca para separar mulheres e homens negros uns dos outros, perpetuamente em conflito, não há ganho geral para homens e mulheres negras (hooks, 2019, p. 193).

Embora hooks reconheça que não havia, dentro de sua comunidade, um padrão monolítico de masculinidade, a predominância do patriarcado determinou um tipo de homem que se subjetiva ancorado na cartilha da masculinidade hegemônica, corroborando a formação capitalista da sociedade e internalizando normativamente um ideal de comportamento do homem negro. Nesse processo, imagens racistas são construídas sobre o corpo e a sexualidade do homem negro, e alimentam um imaginário coletivo desumanizador e animalizante sobre sua masculinidade. Ao homem negro atribuem-se impulsos instintivos que o estereotipam como perigoso, violento e maníaco sexual. Somado a isso, vale a pena destacar que essa mesma cartilha levanta as bandeiras da dominação sexual e da propriedade privada, evidenciando o pacto entre as performatividades de gênero e o patriarcado.

Ainda no espectro da masculinidade hegemônica, observa-se que o falocentrismo aciona uma restrição fulminante dos potenciais erógenos do corpo do homem, através da

¹² ANDRADE, Oswald de. **Um homem sem profissão**. São Paulo: Globo, 2002. p. 192-193.

redução da sexualidade masculina ao genital. O comportamento do macho viril, garantidor da sociedade patriarcal que se mantem não apenas nas assimetrias de poder entre gêneros, mas sobretudo no exercício de dominação sobre as mulheres, incide portanto num tipo restrito de performance masculina, que joga em campos opostos homens e mulheres bem como promove uma disputa entre os próprios homens, como ressalta bell hooks:

A maioria dos homens negros permanece num estado de negação, recusando-se a reconhecer que a dor em suas vidas é causada por um pensamento machista e uma violência patriarcal falocêntrica que não é expressa apenas pela dominação masculina das mulheres, mas também pelo conflito paralelo entre homens negros. Pessoas negras devem questionar por que, enquanto a cultura branca reagia às mudanças nos papéis de gênero e ao movimento feminista, voltaram-se para a cultura negra, especialmente para os homens negros, em busca de articulações de misoginia, machismo, falocentrismo. Na cultura popular, representações da masculinidade negra se igualam ao falocentrismo bruto, ao ódio pelas mulheres, a uma sexualidade combativa “estupradora” e a um claro desprezo pelos direitos individuais. (hooks, 2019, p. 195)

Interessa-nos, enfim, ressaltar as relações entre masculinidade, patriarcado e capitalismo, como forma de configurar aqueles que parecem ser os fundamentos do exercício de uma masculinidade em perfeita combinação com um sistema econômico e de produção de bens, materiais e simbólicos, ao gerar privilégios masculinos naturalizados no “ser homem”. Na onda feminista que se organizou nos anos 1960 e 1970, as discussões emergiam em um diálogo com a psicanálise e o marxismo, ressaltando as intrínsecas vinculações entre gênero e classe como forma de compreender a sociedade ao mesmo tempo capitalista e patriarcal, operando mecanismos de dominação combinados.

7. Considerações finais

É importante ter em mente que embora a luta feminista tenha redimensionado o espaço que a mulher ocupa hoje nos mecanismos do poder – seja no mercado do trabalho, em lugares sociais e políticos antes quase exclusivamente reservados a homens, ou em disputas mais cotidianas e micropolíticas –, as assimetrias baseadas nas categorias de gênero e potencializadas pelas experiências interseccionais persistem. Nosso modelo de organização social, portanto, segue sendo o patriarcal: organizado em função da dominação masculina e assentado sobre a propriedade privada, o filho de direito paterno e o Estado de classes. O eventual acesso a posições de poder ou condições privilegiadas por parte das mulheres não

garante a superação dos mecanismos de reprodução do patriarcado. A luta contra as formas ostentatórias de masculinidade – o *boy lixo*, o *esquerdomacho*, o *chernoboy*, o *mansplaining* etc. – tem integrado, na *quarta onda* do feminismo, uma agenda anticapitalista mais ampla.

Em nome dessa transformação social, Silvia Federici (2019) defende uma *reconstrução do comum* pautada por um programa anticapitalista que restabeleça aquilo que a divisão social do trabalho desestruturou. Segundo a autora, foram as mulheres ao longo da história que lutaram pela preservação dos bens comuns, assim como das culturais comunais, do uso não capitalista da terra e pela defesa do acesso aos recursos naturais, opondo-se à privatização sistemática promovida pelo capital e pela distância mercadológica entre os processos de produção, reprodução e consumo. No horizonte aberto por Federici, caberia às mulheres a iniciativa de “comunalizar/coletivizar a reprodução da vida”, recusando a ideia de que “as mulheres são bens comuns dos homens, uma fonte natural de riquezas e serviços a serem livremente apropriadas por eles como o capitalismo se apropriou das riquezas da natureza” (FEDERICI, 2019, p. 391).

Referências

- ALONSO, Lucas. ‘Você Não Estava Aqui’ inspira reflexão sobre presente e futuro do trabalho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/2wIxQ6P>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- ALVES, Alessandra. Karim Ainouz: “A Vida Invisível é um filme sobre a permanência do machismo”. **Cinema em Cena**, São Paulo, 20 nov. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/32iC6pi>>. Acesso em: 11 fev. 2020.
- ANDRADE, Oswald de. A crise da filosofia messiânica. In: _____. **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo, 2011. p. 138-215.
- _____. **O perfeito cozinheiro das almas deste mundo**. São Paulo: Globo, 2014.
- ATWOOD, Margaret. O conto da aia. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BOAS, George. Preface. In: BACHOFEN, Johan Jakob. **Myth, Religion and Mother Right: Selected Writings of J.J. Bachofen**. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. xi-xxiv.
- BRANDALISE, Camila; VASCONCELLOS, Hygino. Motorista cita Anitta para justificar assédio e ela rebate: NADA justifica. **Universa**, 19 fev. 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/3c3RdaE>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- BREÑA, Carmem Morán. A quarta onda do feminismo e o mundo gay se estranham. **El País**, 17 nov. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2v0Qma7>>. Acesso em: 11 fev. 2020.
- BRITO, Mário da Silva. O perfeito cozinheiro das almas deste mundo. In: ANDRADE, Oswald de. **O perfeito cozinheiro das almas deste mundo**. São Paulo: Globo, 2014. p. 9-17.
- CAETANO, Maria do Rosário. Festival de Brasília consagra o cinema feminino. **Revista de cinema**, São Paulo, 1 dez. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/38RO9ME>>. Acesso em: 24 fev. 2020.
- CAÚ, Maria. A vida invisível das mulheres quando não sofrem. **Críticos**, 20 nov. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2HOpb4T>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

- CIPOLLA, Matt. Cannes Review: Ken Loach Dips Back Into the Misery Porn Well With “Sorry We Missed You. **The Spool**, Chicago, 24 mai. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/37OhZQN>>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- CONNELL, R. W. **Masculinities**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1995.
- COURTINE, Jean-Jacques. Introdução: Impossível virilidade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História da virilidade 3. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 7-12.
- ESCRITORA Clara Averbuck denuncia ser vítima de estupro de motorista de Uber. **G1**, São Paulo, 28 ago. 2017. Disponível em: <<https://glo.bo/2VhnIME>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- EVANS, Peter C.; GAWER, Annabelle. **The Rise of the Platform Enterprise: a global survey**. (The Emerging Platform Economy n. 1). Nova York: The Center for Global Enterprise, 2016.
- FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 379-396.
- GLEIBERMAN, Owen. Film Review: Ken Loach’s ‘Sorry We Missed You’. **Variety**, 16 mai. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2VncrtU>>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
- KERMODE, Mark. Sorry We Missed You review – a gruelling stint in the gig economy. **The Guardian**, Londres, 3 nov. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/3a2YbuJ>>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIVRO encontrado na casa de miliciano morto é considerado a “Bíblia dos Psicopatas”. **Istoé**, 14 fev. 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/39VSwGH>>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- MAIA, Dhiego. Entregador do Rappi passa mal, é ignorado por empresa, Uber e Samu e morre em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/38WmESm>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MORAES, Julio Lucchesi. TICs, TICKs e Economia de Plataforma: Ecossistemas Digitais e Perspectivas de Desenvolvimento. **Informações FIEP: Boletim da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**. Temas de economia aplicada, nº 425, fev. 2016, São Paulo, 2016. p. 31-33.
- VASCONCELLOS, Hygino. “Não acreditei que estava acontecendo comigo”, diz jovem assediada por Uber. **Universa**, Porto Alegre, 20 fev. 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/2HRwucd>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História da virilidade 3. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 82-115.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.